

ACESSIBILIDADE DIGITAL E EXERCÍCIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: RECURSOS TECNOLÓGICOS NO PROCESSO EDUCATIVO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

BRUNA FLORES PRATES¹ VALMÔR SCOTT JUNIOR²

¹*Universidade Federal de Pelotas; CAPES – brunafloresprates@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – valmorscottjr@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Ao tratar acerca do direito social à educação, a Constituição Federal de 1988 – CF/88 (BRASIL, 1988) consagra-o como um direito de todas/os, sendo que, no que diz respeito às pessoas com deficiência - PcD, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência), estabelece que a educação constitui direito das PcDs (BRASIL, 2015). Diante disso, é dever do Estado promover um sistema educacional inclusivo que abarque todos os níveis e modalidades de educação, com a devida adoção de medidas que proporcionem o adequado atendimento às características e especificidades dos estudantes, inclusive, estudantes com deficiência.

Considerando-se que a educação abrange diversos processos formativos, os quais não estão restritos ao ambiente escolar ou acadêmico, uma vez que alcança, também, aqueles ocorridos no contexto social e familiar (BRASIL, 1996), deve-se pensar o processo educativo como um processo dinâmico, em constante movimento, que é significativamente influenciado pelas transformações verificadas na sociedade, dentre as quais cabe destacar as transformações de ordem tecnológica. Assim, para que o processo educativo contemple as especificidades dos estudantes, especialmente no que se refere a PcDs, faz-se necessária a implementação adequada e pertinente de recursos de acessibilidade, observadas suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, tendo em vista o contexto contemporâneo, em que se verificam transformações tecnológicas constantes e velozes, as quais provocam um intenso processo de digitalização das práticas sociais, especialmente no que se refere ao direito à educação, a acessibilidade digital emerge como relevante fator de inclusão social ser considerado, visto que, na atualidade, diversos recursos tecnológicos, que representam potenciais instrumentos de acessibilidade às PcDs, vêm sendo desenvolvidos, o que favorece o desempenho das mais diversas atividades por esses sujeitos, especialmente as de cunho acadêmico e educacional.

Assim sendo, mostra-se extremamente relevante buscar compreender como tem se dado a utilização de recursos tecnológicos no processo educativo no contexto de instituições de educação superior e, nesta pesquisa, em especial, no que se refere aos estudantes com deficiência e o adequado atendimento de suas especificidades.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como qualitativa e tem como intuito compreender quais são os desdobramentos educativos que a acessibilidade digital produz no exercício do direito à educação superior por estudantes com deficiência.

No que se refere aos procedimentos, inicialmente, realizou-se levantamento de referências com o intuito de alcançar maior compreensão teórica, especialmente quanto à acessibilidade digital e sua implementação, assim como seus efeitos no processo educativo, principalmente, no que concerne à educação superior.

Posteriormente, passou-se à realização de questionário via *Google Forms* acerca da implementação de recursos de acessibilidade digital, exercício do direito à educação superior por estudantes com deficiência, e adequação ao processo educativo. Tal questionário foi enviado, a pedido da pesquisadora, pela Coordenação de Acessibilidade – COACE/UFPel, às/aos estudantes com deficiência (em curso e egressas/os) da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, sobre a implementação de recursos de acessibilidade digital, exercício do direito à educação superior por estudantes com deficiência, e adequação ao processo educativo.

Aplicado o instrumento de pesquisa, será realizada a análise das respostas de forma a compreender a percepção das/dos respondentes no que diz respeito aos efeitos da acessibilidade digital no tocante ao processo educativo. Diante das respostas obtidas será realizada a análise das mesmas, sendo utilizado o método da análise documental (LAKATOS; MARCONI, 2009), mediante o emprego da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa tem por objetivo: analisar, a partir do relato de estudantes com deficiência (em curso e egressas/os) da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, os efeitos oriundos da utilização de recursos tecnológicos no processo educativo de pessoas com deficiência. Para tanto, realizou-se uma consistente revisão de literatura com base em diversos artigos acerca da temática em estudo (LEITE; LUVIAZOTTO, 2017); (SANTOS; SOFIATO, 2023); (SANTOS; CAZUZA; ALEIXO, 2023).

Ademais, com o intuito de compreender o atual panorama no que tange a produções acadêmicas (teses e/ou dissertações) que tratam sobre a temática da acessibilidade digital no que concerne ao exercício do direito à educação superior por pessoas com deficiência, realizou-se busca por estudos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para tanto, os critérios de busca basearam-se na compatibilidade dos trabalhos acadêmicos (teses e/ou dissertações) com o objetivo deste estudo, assim como a publicação no período de 2016 a 2024, sendo o termo inicial definido pelo ano de início de vigência da LBI (2016), tendo como termo final, o ano anterior à análise dos resultados (2024), tendo sido selecionadas em decorrência da maior afinidade temática, três dissertações e uma tese (DELIBÓRIO, 2016); (CAVALCANTE, 2022); (SANTOS, 2022); (SOUZA, 2023).

Considerando-se que a presente pesquisa está em andamento, cabe destacar que, até o presente momento, restou evidenciado que os recursos tecnológicos promovem relevantes transformações sociais e educacionais, favorecendo a promoção da acessibilidade aos estudantes com deficiência, na medida em que possibilitam o desenvolvimento e a utilização em larga escala de diversos recursos acessíveis como softwares de reconhecimento de voz e/ou dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa, o que contribui significativamente para o efetivo exercício do direito à educação por esses sujeitos.

4. CONCLUSÕES

Em se tratando de pessoas com deficiência, inclusão e acessibilidade são temáticas inescapáveis, na medida em que uma é pressuposto indispensável à materialização da outra, visto que, a acessibilidade, desde que promovida de forma adequada e pertinente, possibilita a inclusão social das PcDs. Sendo assim, verifica-se que acessibilidade e inclusão são aspectos de grande relevância no cotidiano desses sujeitos sendo, inclusive, elementos imprescindíveis ao exercício de todo e qualquer direito por essas pessoas, notadamente no que se refere ao direito à educação superior.

Tendo em vista o atual cenário de profundas e constantes transformações tecnologias, a necessidade de buscar promover a acessibilidade às pessoas com deficiência adquire novos contornos, devendo-se observar a acessibilidade digital, vez que ela possibilita o acesso e o desenvolvimento de diversos recursos de acessibilidade, que contribuem de modo significativo para o processo de aprendizagem dos estudantes. Considerando-se especialmente os estudantes com deficiência, o meio virtual favorece a construção de um processo educativo acessível e equânime ao possibilitar que as atividades e dinâmicas sejam apresentadas em diferentes formatos, contribuindo para o melhor atendimento das necessidades e especificidades desses educandos.

Portanto, faz-se necessário que, quando da criação e desenvolvimento de plataformas digitais de educação, sejam consideradas as necessidades e especificidades das pessoas com deficiência, pois somente assim será possível que esses estudantes usufruam, com autonomia e liberdade, dos diversos recursos e possibilidades que o ambiente virtual proporciona, especialmente, no que tange à educação, visto que o ambiente virtual abre espaço para uma diversidade de recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 ago.2024.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.

CAVALCANTE, Raquel Amorim de Souza. **Acessibilidade digital enquanto Direito Humano:** diálogos sobre a usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis com pessoas com deficiência. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

DELIDORIO, Amanda. **O ambiente virtual de aprendizagem no curso de enfermagem: ressignificando as práticas e os saberes docentes.** 2016. 177 fs. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Flávia Piva Almeida; LUVIZOTTO, Caroline Krauz. Participação, acessibilidade digital e a inclusão da pessoa com deficiência. **CONPEDI LAW REVIEW.** Braga – Portugal, v. 3, n. 2, p. 240 – 261, jul/dez 2017. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3718/0>. Acesso em: 15 set. 2024.

SANTOS, L. dos; SOFIATO, C. G. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o uso de recursos educacionais digitais (REDs). **Revista Exitus**, [S. I.], v. 13, n. 1, p. e023072, 2023. DOI: 10.24065/re.v13i1.2517. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2517>. Acesso em: 15 set. 2024.

SANTOS, Mariana Santana dos. **O acesso à informação e as condições de acessibilidade aos sites das universidades públicas federais da região centro oeste do Brasil.** 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2022.

SANTOS, R. M. dos; CAZUZA, E. dos S.; ALEIXO, F. . TDIC E EDUCAÇÃO: desafios e possibilidades na prática pedagógica. **Revista Exitus**, [S. I.], v. 13, n. 1, p. e023064, 2023. DOI: 10.24065/re.v13i1.2528. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2528>. Acesso em: 21 maio. 2024.

SOUZA, Izadora Martins da Silva de. **Inclusão, Participação e Acessibilidade Digital para a Pessoa com Deficiência.** 2023. 199p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.